

98901-2002-014-09-00-7

RELATOR: ARION MAZURKEVIC

Publicado no DJPR em 23-01-2004

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DISPENSA EM MASSA – LEGITIMIDADE - REINTEGRAÇÃO. 1 - O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para propor ação civil pública fundada na ilegalidade da dispensa em massa, pretensamente promovida de forma discriminatória e arbitrária, em violação ao princípio fundamental consagrado no art. 1º da Constituição Federal, Lei nº 9.029-95, a Convenções da ONU e de nº 111 da OIT, sem observância da exigência de motivação dos atos administrativos (art. 37, Constituição Federal) e ao arrepio de previsão do contrato de concessão do serviço público. 2 - Empregados de empresa pública ou de economia mista, submetida aos princípios consagrados pelo art. 37, caput, da Constituição Federal, não podem ser dispensados de forma arbitrária, mesmo após a sua privatização, pois essa condição mais favorável passou a integrar os respectivos contratos de trabalho (artigos 10 e 448, da CLT; Súmula nº 51 do e. TST). 3 - Prevendo o contrato de concessão do serviço público que a empresa vencedora do procedimento licitatório deveria assumir os contratos de trabalho de no mínimo 6.900 empregados, configura violação de direito individual indisponível, de caráter social, a dispensa de mais de dois mil empregados, pois Inegável que a inclusão da referida obrigação no contrato celebrado com a concessionária teve por escopo preservar o emprego da coletividade de trabalhadores do serviço público objeto da concessão, inclusive em atendimento aos princípios fundamentais insertos nos arts. 1º, IV ("os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa") e 170, VII e VIII, da Constituição Federal ("A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) VII redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego").

05283-2010-071-09-00-4-ACO-22969-2011 - 4ª TURMA

Relator: LUIZ CELSO NAPP

Publicado no DEJT em 17-06-2011

ALICIAMENTO DE TRABALHADORES. DEMISSÃO EM MASSA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL COLETIVO CONFIGURADO. A conduta da empresa, ao angariar trabalhadores em regiões diversas daquela em que a atividade laborativa seria exercida, é extremamente grave, chegando a constituir ilícito penal (art. 207, "caput" e § 1º, CP). É juridicamente inaceitável que o empregador possa abandonar os trabalhadores aliciados à própria sorte na cidade da prestação dos serviços, sem lhes pagar as verbas rescisórias e sem assegurar condições de retorno ao local de origem. Dano moral coletivo configurado.